

SUMÁRIO

ABREVIATURAS.....	13
I – INTRODUÇÃO – PROPEDEÚTICA AO PRINCÍPIO DE SEGURANÇA JURÍDICA DO SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	15
1. O princípio-garantia de segurança jurídica “do” sistema tributário: prolegômenos para sua fundamentação	15
2. Paradoxo da insegurança jurídica e o estado de exceção permanente em matéria tributária.....	19
3. Segurança jurídica como princípio-garantia de autoproteção do Sistema Constitucional Tributário e dos seus destinatários.....	28
4. Circunstâncias e objetivos da obra.....	35
Parte I	
METÓDICA E ESTADO NA TEORIA DO SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	
POSITIVISMO METÓDICO-AXIOLÓGICO E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO NA CONSTRUÇÃO DO PRINCÍPIO-GARANTIA DE SEGURANÇA JURÍDICA...	39
II – MÉTODO, PARADIGMAS E SISTEMA NA TEORIA DA SEGURANÇA JURÍDICA – SEGURANÇA JURÍDICA E SISTEMA JURÍDICO: O DOMÍNIO DA COMPLEXIDADE E A SUPERAÇÃO DOS RISCOS	39
1. Razões para um estudo de metodologia da dogmática jurídica contra a insegurança jurídica derivada do sincretismo metodológico na doutrina e na prática jurídica.....	40
2. Método jurídico aplicado à hermenêutica e à dogmática do direito tributário ...	43
3. O positivismo jurídico e seus dualismos metodológicos na formação do positivismo metódico-axiológico	46
3.1 O dualismo de primeiro grau: sistema e segurança jurídica entre os planos do “ser” e do “dever ser”	48
3.2 O dualismo de segundo grau: sistema e segurança jurídica entre positivismo e jusnaturalismo.....	52
3.3 O dualismo de terceiro grau: sistema e segurança jurídica entre positivismo jurídico incluyente e exclusivo	55
4. Segurança jurídica e a fundamentação da legitimidade sistêmica do positivismo jurídico metódico-axiológico	63
5. Método e paradigma na aplicação de normas ou da positivação do direito	71
6. Ontologia no Sistema Constitucional Tributário e o construtivismo da metódica jurídica.....	74
7. Sistema e positivismo metódico-axiológico: relação entre formas e a redução da complexidade	78
8. Origens e variações do sistema jurídico. O sistema externo (dogmática) e o sistema interno (ordenamento).....	82
8.1 Sistema científico e ordenamento jurídico: as duas faces do conceito de sistema no direito	87
9. Axiomas do ordenamento jurídico e a segurança jurídica	91
10. Axiomas, postulados e teoremas metodológicos na construção do sistema externo do direito (dogmática).....	97



11. Pluralismo sistêmico do ordenamento jurídico: o domínio da complexidade pela diferenciação sistêmica	105
12. Complexidade e segurança jurídica: o papel da diferenciação sistêmica no controle da estabilidade das relações.....	109
13. Riscos e externalidades como fatores de insegurança jurídica: a segurança jurídica intersistêmica com a ordem econômica e outras	115
14. Considerações finais.....	120
III – A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DE SEGURANÇA JURÍDICA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	121
A CONSTRUÇÃO DO PRINCÍPIO DE SEGURANÇA JURÍDICA MATERIAL NA EVOLUÇÃO DO ESTADO DE DIREITO.....	121
1. Estado Democrático de Direito e segurança jurídica material.....	121
2. A construção da segurança jurídica a partir das origens do Estado de Direito ...	129
2.1 Os modelos de Estado de Direito: <i>Rule of Law</i> , <i>État de Droit</i> e <i>Rechtsstaat</i> ...	138
2.1.1 O Estado de Direito anglo-saxônico: entre <i>Rule of Law</i> e <i>Common Law</i>	139
2.1.2 O Estado de Direito francês: <i>L'État de Droit</i>	143
2.1.3 O Estado de Direito alemão (<i>Rechtsstaat</i>).....	145
3. Do Estado de Direito ao Estado Democrático de Direito: a constitucionalização da segurança jurídica.....	147
3.1 A soberania do Estado Democrático de Direito e a segurança jurídica material	154
4. A separação entre a segurança jurídica material e a doutrina dos “fins do Estado”: a libertação de um ontologismo insuficiente	160
5. Dos “fins” do Estado ao Estado Fiscal e sua “crise” de insegurança jurídica – a superação de um mito no Estado de Segurança	165
5.1 A crise do Estado Fiscal	173

PARTE II CONSTRUÇÃO SEMÂNTICA DA SEGURANÇA JURÍDICA

PRINCÍPIOS DE SEGURANÇA JURÍDICA, CERTEZA DO DIREITO E CONFIANÇA LEGÍTIMA À LUZ DO CONSTRUTIVISMO MÉTODICO-AXIOLÓGICO.....	177
IV – TEORIA GERAL DO PRINCÍPIO-GARANTIA DA SEGURANÇA JURÍDICA E O SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO.....	177
1. A garantia de segurança jurídica como “fm” sistêmico do Sistema Constitucional Tributário.....	178
2. Proposta de definição do princípio-garantia de segurança jurídica e sua funcionalidade sistêmica	185
3. O regime constitucional da garantia de segurança jurídica do sistema tributário: sua qualificação como direito fundamental e seus princípios implícitos	188
3.1 O garantismo do sistema constitucional tributário brasileiro e a efetividade do princípio de segurança jurídica	190
3.2 O regime de garantia constitucional da segurança jurídica	192
4. Âmbitos funcionais do princípio de segurança jurídica: as funções de certeza, de confiança e a estabilidade sistêmica	196
4.1 Função certeza da segurança jurídica (a segurança jurídica formal).....	200
4.2 Segurança jurídica por estabilidade do sistema jurídico	203
5. Segurança jurídica como proteção de confiabilidade legítima (<i>stricto sensu</i>)	209

5.1	Os testes de constitucionalidade e legalidade no controle do princípio de confiança legítima	218
5.2	Proteção da expectativa de confiança legítima e o princípio da boa Administração Pública (eficiência e moralidade): o garantismo na Administração	221
5.3	Proibição de comportamento contraditório no direito tributário e os efeitos <i>ex nunc</i> das modificações judiciais ou administrativas sobre critérios do lançamento em relação a um mesmo contribuinte	225
5.4	Segurança jurídica do lançamento tributário nos casos de silêncio da Administração: proibição do <i>venire contra factum proprium</i>	231
5.5	Confiança legítima e práticas reiteradas da administração tributária (<i>supressio</i> em matéria tributária)	235
6.	O princípio de acessibilidade da função certa da segurança jurídica. A segurança jurídica de orientação	237
6.1	Publicidade e a máxima do <i>Nemo legem ignorare consetur</i> : dever de prova da inacessibilidade à legislação tributária	246
6.2	Segurança jurídica e as mutações dos textos normativos: uma difícil decisão	250
6.3	Segurança jurídica por estabilidade e o caso do excesso de textos normativos	253
6.4	A simplificação no Sistema Constitucional Tributário e sua relação com a segurança jurídica	257
6.5	Segurança jurídica e estabilidade da certeza jurídica: o caso dos atos administrativos “interpretativos” retroativos	259
6.6	Mitos da racionalidade jurídica e a opacidade jurídica nos textos tributários: a crise de certeza permanente	261
7.	Princípio da certeza jurídica e a aplicação da norma tributária: da segurança jurídica por orientação à segurança jurídica por realização	264
8.	Certeza jurídica e a busca pela única resposta correta na decisão jurídica: um mito em superação	273
8.1	Interpretação do direito tributário como hermenêutica da segurança jurídica	276
8.2	Métodos de interpretação (textos) e argumentos de interpretação (decisões)	282
8.3	Segurança jurídica na interpretação constitucional e o construtivismo metodico-axiológico	285
9.	Considerações finais: a boa-fé objetiva na interpretação tributária	294

PARTE III

SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO E SEUS EFEITOS DE SEGURANÇA JURÍDICA

	PRINCÍPIO DE SEGURANÇA JURÍDICA DO SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO E DA TEMPORALIDADE NO DIREITO TRIBUTÁRIO	299
V –	SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO E O PRINCÍPIO DE SEGURANÇA JURÍDICA	299
1.	Sistema Tributário: do legalismo ao constitucionalismo tributário	300
2.	Soberania e segurança jurídica na legitimação dos tributos: a superação da noção de <i>ius imperium</i> como fonte de legitimação dos tributos e a relação entre soberania e poder de tributar	306
3.	Constituição material e a eficácia de segurança jurídica do Sistema Constitucional Tributário	313

4.	Poder de tributar e competências no direito comparado: o dever fundamental de pagar tributos e a segurança jurídica do destinatário constitucional do Sistema Tributário.....	323
5.	A segurança jurídica do princípio do Sistema Constitucional Tributário (sistema interno).....	337
6.	A segurança jurídica das fontes do direito tributário: dos órgãos do Estado e suas competências materiais.....	342
7.	A segurança jurídica da norma de competência tributária na criação do direito positivo: parametricidade material das normas e o efeito negativo de competência.....	346
8.	Segurança jurídica do federalismo tributário e vedação à centralidade de competências: características das competências tributárias.....	353
8.1	Segurança jurídica das características das competências tributárias.....	356
9.	Segurança jurídica da Constituição na concretização das competências tributárias.....	360
10.	Segurança jurídica na determinação do sujeito ativo das obrigações tributárias....	366
11.	A centralidade do tributo como conteúdo da competência tributária e a segurança jurídica da solução de concursos de competências entre os impostos.....	369
11.1	Segurança jurídica por meio do conceito constitucional de tributo.....	372
11.2	Segurança jurídica pela solução de concursos de competências entre impostos.....	377
12.	Segurança jurídica das fontes do direito e a iniciativa legislativa no exercício de competências tributárias.....	381
13.	A lei complementar no Sistema Constitucional Tributário e suas funções. A segurança jurídica das competências da União e das normas gerais tributárias.....	387
14.	Segurança jurídica da territorialidade do tributo – o caso da autonomia municipal e a tutela do seu território.....	390
15.	Segurança jurídica das competências tributárias nas reformas e mutações constitucionais e rigidez constitucional: a proibição de retrocesso.....	397
16.	Considerações conclusivas: princípio de segurança jurídica e a vedação ao estado de sujeição tributária permanente.....	404
VI	– SEGURANÇA JURÍDICA E TEMPORALIDADE NO SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO.....	407
	HERMENÊUTICA DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DE IRRETROATIVIDADE, ANTERIORIDADE, PROTEÇÃO AOS DIREITOS ADQUIRIDOS, COISA JULGADA E PRINCÍPIO DA NÃO SURPRESA.....	407
1.	Segurança jurídica entre tempo e norma: a segurança jurídica da temporalidade no Sistema Constitucional Tributário brasileiro.....	407
2.	As garantias de irretroatividade, anualidade e anterioridade no direito brasileiro.....	411
2.1	Segurança jurídica de previsibilidade das leis futuras: as garantias de anualidade e anterioridade e o princípio de não surpresa. A proibição do efeito anúncio no direito tributário brasileiro.....	417
2.2	A segurança jurídica estabilizadora do passado: a garantia de irretroatividade das leis tributárias.....	423
2.3	Autorizações para retroatividade no direito tributário brasileiro e o princípio da coerência do ordenamento.....	428
2.4	Retroatividade de normas interpretativas e os atos administrativos interpretativos.....	432
3.	A estabilidade sistêmica temporal da segurança jurídica sobre os atos definitivamente constituídos no passado.....	435
3.1	As garantias constitucionais do ato jurídico perfeito e do direito adquirido em matéria tributária.....	440

3.2 A segurança jurídica processual no tempo: coisa julgada em matéria tributária	444
3.2.1 O controle da <i>auctoritas rei iudicata</i> por meio da ação rescisória	448
3.2.2 Coisa julgada formal na compensação de tributos e nas relações tributárias continuadas	450
3.2.3 Coisa julgada inconstitucional em matéria tributária	452
4. Coisa julgada e a mitigação dos efeitos de decisões nas ações diretas de inconstitucionalidade de leis ante o chamado consequencialismo judicial-tributário .	459
5. Divergência jurisprudencial e coisa julgada nas relações tributárias continuativas	464
5.1 Divergências da jurisprudência e relações tributárias	470
5.2 A proteção da coisa julgada em face de declaração de inconstitucionalidade	476
5.3 Coisa julgada nas relações tributárias continuativas	479
5.4 Eficácias da coisa julgada inconstitucional <i>a posteriori</i> em matéria tributária	486
6. Coisa julgada e duração razoável do processo	489
7. Revogação de incentivos ou isenções fiscais e segurança jurídica	491

PARTE IV

**SEGURANÇA JURÍDICA COMO GARANTIA DOS PRINCÍPIOS:
A SEGURANÇA DA JUSTIÇA TRIBUTÁRIA
E DA LEGITIMIDADE DOS TRIBUTOS**

EFICÁCIA DO PRINCÍPIO DE SEGURANÇA JURÍDICA E OS DIREITOS SUBJETIVOS FUNDAMENTAIS. ESTABILIDADE FUNCIONAL DO SISTEMA TRIBUTÁRIO	497
---	-----

VII – SEGURANÇA JURÍDICA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS – A SEGURANÇA JURÍDICA DOS VALORES E DA CONCRETIZAÇÃO E EFETIVIDADE DOS PRINCÍPIOS	497
1. Segurança jurídica dos princípios e sua demarcação material	498
2. Metaética dos valores e a axiologia do positivismo jurídico no constitucionalismo do Estado Democrático de Direito	503
2.1 Metodica dos valores e suas cinco condicionantes de aplicabilidade (segurança jurídica dos valores)	508
3. Os objetivos de valor constitucional e as normas-objetivos no direito constitucional tributário	515
4. Os princípios dos sistemas interno e externo do direito (princípio como norma e princípio como proposição)	518
5. Definição de princípio à luz do positivismo jurídico metódico-axiológico: a natureza normativa do princípio de segurança jurídica	521
5.1 Hierarquia dos princípios constitucionais: a segurança jurídica formal dos princípios	527
5.2 ..Princípios e regras: uma distinção enfraquecida: a segurança jurídica dos valores na produção normativa	530
6. Conteúdo essencial dos princípios e a segurança jurídica material de determinação prévia dos valores	536
7. Segurança jurídica das delimitações constitucionais e restrições infraconstitucionais sobre o âmbito normativo dos princípios	541
8. Segurança jurídica na concretização e efetividade dos princípios	546
8.1 Colisões e concretização de princípios mediante sopesamento (etapa do procedimento de aplicação-construção das regras): a segurança jurídica do âmbito de proteção das normas jurídicas	548



9.	Eficácia da segurança jurídica e dos princípios e os direitos subjetivos fundamentais	554
VIII –	SEGURANÇA JURÍDICA DAS GARANTIAS DE JUSTIÇA TRIBUTÁRIA E DE LEGITIMIDADE DOS TRIBUTOS	562
	A SEGURANÇA JURÍDICA NA FUNDAMENTAÇÃO DOS TRIBUTOS E OS PRINCÍPIOS DE IGUALDADE, NÃO DISCRIMINAÇÃO, CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E MÍNIMO EXISTENCIAL	562
1.	A função justa do Sistema Constitucional Tributário	562
2.	Justiça tributária da legitimidade do tributo pela destinação: a teoria da <i>causa impositiois</i> e a destinação ao bem comum como critérios de segurança jurídica	564
3.	Segurança jurídica da tributação legitimada pela soberania: entre razão de Estado e o bem comum	573
4.	Segurança jurídica da justiça tributária a partir das teorias do benefício e do sacrifício dos tributos: a colaboração das escolas econômicas e das ciências das finanças.....	578
5.	O princípio de capacidade contributiva: da teoria da causa do tributo à sua consagração como princípio constitucional autônomo.....	585
5.1	Segurança jurídica e a justificação do tributo: a afirmação do princípio de capacidade contributiva	588
5.2	Pessoalidade e não discriminação em face do princípio de capacidade contributiva.....	594
6.	O princípio de capacidade contributiva e seus pressupostos de segurança jurídica	599
7.	Segurança jurídica do princípio da reserva do mínimo vital em face da igualdade, não discriminação e da capacidade contributiva	605
8.	A segurança jurídica da imunidade tributária como norma de garantia de direitos e liberdades fundamentais	611
9.	A segurança jurídica no controle de finalidade das leis de isenções, incentivos fiscais ou regimes especiais	618
IX –	SEGURANÇA JURÍDICA DA ESTABILIDADE FUNCIONAL DO SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	624
	AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DA PROPORCIONALIDADE, RAZOABILIDADE E PROIBIÇÃO DE EXCESSO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	624
1.	Segurança jurídica da estabilidade funcional do sistema tributário: prolegômenos	624
2.	A garantia de proporcionalidade da segurança jurídica das restrições infraconstitucionais a direitos e liberdades fundamentais	626
2.1	As restrições infraconstitucionais a direitos e liberdades fundamentais como pressupostos de aplicação do princípio de proporcionalidade.....	633
2.2	A metódica constitucional da garantia de proporcionalidade	638
2.2.1	A proporcionalidade <i>stricto sensu</i> e o sopesamento: diferenciação funcional.....	644
3.	A garantia de razoabilidade como instrumento de estabilidade sistêmica	647
4.	A proibição de excesso em matéria tributária. A segurança jurídica contra o excesso de tributos, resistências à cobrança e efeitos confiscatórios.....	652
4.1	Vedação ao confisco e o direito fundamental de propriedade.....	660
4.2	Razoabilidade e a proibição de excesso nas sanções administrativas.....	667
	BIBLIOGRAFIA	671